

A FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO DO ESTADO DE SÃO PAULO*

Anita Kon

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) é a medida estatística do investimento físico da economia, ou seja, indica o crescimento da sua riqueza real determinada pelo estoque de Capital Fixo. Por Capital Fixo entendem-se as riquezas historicamente acumuladas durante os processos periódicos de produção de uma dada sociedade, e destinadas à continuação das atividades produtivas. À produção da sociedade, assim acumulada em ativos fixos, acrescentam-se os bens de capital importados, que resultam um aumento líquido na disponibilidade de capital da economia.

Como salienta com propriedade Perroux, "todo progresso econômico acha-se ligado à acumulação e ao emprego eficiente de bens de capital, que elevam o rendimento do trabalho humano e a produtividade real da sociedade"(1). Portanto, a evolução da Formação de Capital é um indicador eficiente da capacidade vigente e futura de desenvolvimento da economia e do esforço no sentido de expansão do seu potencial produtivo.

Os bens de capital ou ativos fixos que compõem a FBCF, consistindo em bens que apresentam uma duração de vida superior a um ano, são exemplificados pelas obras de construção civil, pelas instalações de unidades produtoras, ou de infra-estrutura pública, pelas máquinas e equipamentos utilizados nos processos de produção públicos e privados, por equipamentos de transportes, por plantéis (animais de carga, matrizes ou ainda animais destinados à produção de derivados para consumo alimentício ou insumo produtivo) e ainda no setor primário, por plantações permanentes (novas culturas e matas plantadas).

A composição e a evolução da acumulação de capital fixo variam consideravelmente de época para época e entre economias de níveis diferenciados de desenvolvimento, segundo as fases e padrões de desenvolvimento vigentes em cada nação. As sociedades ainda insuficientemente avançadas tendem a apresentar uma menor taxa periódica de acumulação de bens de capital, à medida que parte considerável da renda gerada é destinada às necessidades imediatas de consumo. No entanto, economias que estão entrando em um processo acelerado de desenvolvimento, empenhadas na criação de uma infra-estrutura básica de apoio, podem apresentar taxas de crescimento anual da FBCF que superam as

* A autora agradece a colaboração do Núcleo de Pesquisas e Publicações - NPP da Fundação Getúlio Vargas - SP.

Anita Kon - Departamento de Economia FGV/SP.

(1) Veja-se:

PERROUX, François. O Capitalismo. Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1961.

reveladas por nações avançadas, cuja infra-estrutura produtiva já se encontra estabelecida.

Da mesma forma que em nível mundial, o estoque acumulado de riquezas e a evolução periódica da Formação de Capital interna a um país é regionalmente diferenciada e diretamente relacionada ao nível e ao estágio de desenvolvimento de cada espaço econômico. As regiões economicamente mais avançadas, se por um lado apresentam um estoque superior de bens de capital acumulados — representados não apenas por bens utilizados diretamente nos processos produtivos, mas também, como vimos, pela infra-estrutura de apoio existente (2) —, por outro lado, já se encontram em um estágio mais avançado de acumulação de capital fixo, e os caminhos para o desenvolvimento, portanto, poderão requerer menores taxas periódicas de crescimento deste estoque.

Se os investimentos produtivos da economia refletem as condições conjunturais e as expectativas de evolução futura da atividade econômica, por sua vez permitem a análise das tendências de desenvolvimento a médio e longo prazos da economia, uma vez que grande parte da FBCF apresenta prazo mais longo de maturação.

Este artigo analisa a FBCF do Estado de São Paulo nos anos 80, pois esta região, por se identificar historicamente como pólo do desenvolvimento econômico brasileiro (concentrando 45% do produto gerado pelo país como um todo, e 55% das atividades do setor secundário nacional) e apresentar uma estrutura produtiva peculiar a economias industrializadas, foi afetada de forma também diferenciada do global do país pelas decisões de políticas macroeconômicas nacionais que se desenrolaram na década conturbada de 80. Sendo o secundário paulista indutor do desenvolvimento da economia brasileira através de seus efeitos multiplicadores sobre as demais atividades e regiões, os impactos das políticas econômicas fizeram-se sentir mais intensamente e com maior rapidez neste Estado, particularmente pelo fato de que a maior parcela dos ramos produtores de bens de capital ali se localizaram. Qualquer política de modernização tecnológica tende a ser implantada inicialmente nesse pólo econômico, em face de maiores e mais rápidas taxas de retorno ao capital investido — resultantes de suas economias de

aglomeração —, difundindo-se posteriormente para as demais regiões nacionais.

É examinada inicialmente neste estudo a relação entre crescimento econômico e FBCF, em nível mundial, para situar as condições brasileiras. Nesse contexto prossegue-se verificando peculiaridades do Estado de São Paulo referentes às taxas reais de crescimento da FBCF, destes investimentos *per capita* e por trabalhador e da produtividade, em uma comparação com a situação média global do país, bem como uma avaliação da composição interna destas inversões no Estado.

O Brasil no contexto mundial

Observou-se historicamente em nível mundial, que a acumulação de ativos fixos relaciona-se de forma diferenciada com o ritmo de crescimento de cada economia, segundo o nível de renda *per capita* apresentado (3), que corresponde à existência de estruturas produtivas e de infra-estruturas básicas de apoio à atividade produtiva, com graus diversos de maturidade.

Uma pesquisa de Kravis, Heston e Summers (4), examinando os determinantes das mudanças estruturais conducentes ao desenvolvimento econômico, em países de vários níveis de desenvolvimento, conclui que existe uma forte relação entre o incremento de investimentos em ativos fixos e os preços internos dos mesmos, que se relacionam também com o montante da Formação de Capital em proporção ao PIB gerado. A pesquisa revela que os bens de investimento são mais caros em países de menor renda que nos mais avançados; como contrapartida, nestes últimos, os índices de investimento total *per capita* e de participação da FBCF no total de produto gerado são superiores.

No entanto, o exame das taxas anuais de crescimento da FBCF aqui empreendido revela que estas taxas por si só não indicam a adequação daquele ritmo de crescimento às condições específicas de dinamização daquela economia e de crescimento da população. De fato, em países de renda alta é possível verificar-se taxas inferiores relativamente aos de renda baixa e média, (como é possível visualizar-se na Tabela 1, no período 1965-80) tendo em vista partirem de um patamar básico de comparação superior, tanto com relação aos níveis de produção quanto à acumulação de ativos fixos. Na realidade, nos países menos avançados, por apresentarem uma estrutura produtiva e uma acumulação de bens de capital incipiente, montantes relativamente menores de geração de produto ou de FBCF são

(2) Estradas, pontes, usinas hidroelétricas, equipamentos e instalações públicas e privadas dos setores de Saúde e Ensino, bem como equipamentos de lazer.

(3) Segundo classificação do Banco Mundial

(4) Descrita em:

BRADFORD JR, Colin I. Trade and structural change: NICs and next tier NICs as transitional economies. Trabalho apresentado no III Seminário Internacional sobre "Competitividade, Tecnologia e Política Industrial", PLANEF/OCDE/UNIDO. São Paulo, maio 1991.

traduzidos em taxas mais elevadas em relação à base inicial de comparação.

A razão incremental Produto/Capital Fixo (PIB/FBCF), que representa a relação entre o aumento anual do produto e o aumento anual da Formação Bruta de Capital Fixo, consiste em um indicador mais significativo da dinâmica das economias. Como é possível observar-se, em 1965-80 esta razão foi positiva para os países dos vários níveis de desenvolvimento, o que significou que os dois agregados econômicos evoluíram no mesmo sentido, que no período foi de crescimento. No entanto, verifica-se que o indicador assume valores superiores à medida do nível superior de renda, revelando uma resposta mais dinâmica de geração de produto, com relação aos investimentos em capital fixo, ou seja, maior produtividade e nível superior de desenvolvimento tecnológico. Estes altos montantes devem-se às inovações tecnológicas internacionalmente verificadas, que se apresentaram com intensidade neste período e causaram transformações relevantes nas estruturas produtivas dos países, com maior intensidade nos industrializados (5).

Tabela 1
Evolução Anual Real do PIB e da FBCF dos Países, por Nível de Renda.

Indicadores	Em porcentagem			Brasil
	Nível de Renda dos Países			
	Baixa	Média	Alta	
PIB				
1965-80.....	5,4	6,1	3,7	8,8
1980-88.....	6,4	2,9	2,8	(1)2,1
FBCF				
1965-80.....	8,8	8,6	3,4	11,3
1980-88.....	8,0	-0,6	3,7	-1,7
PIB/FBCF				
1965-80.....	0,6	0,7	1,1	0,8
1980-88.....	0,8	-4,8	0,8	-1,2
FBCF/População				
1965-80.....	3,4	3,4	3,8	4,7
1980-88.....	2,9	-0,3	5,3	-0,6

FONTE: World Development Report/1990 - World Bank.

(1) Dado retificado pelo IBGE

(5) Para maiores detalhes consulte-se:

KON, Anita, *Padrões e Condicionantes da Estruturação Ocupacional Brasileira: uma abordagem inter-regional*. Tese de Doutorado. São Paulo, FEA/USP, 1990.

Já na década de 80 verificou-se que os países de renda média tiveram um decréscimo considerável na acumulação média em ativos fixos em relação à geração de produtos, o que significa um relativo atraso no que se refere à modernização tecnológica e na produtividade real daquelas sociedades, pois neste período muitas nações altamente endividadas viram comprometidas as fontes externas de financiamento para investimentos.

Por outro lado, se confrontarmos o incremento dos investimentos em ativos fixos, em relação às necessidades do crescimento populacional por meio da razão incremental Formação de Capital Fixo/População (FBCF/Pop), observa-se que em períodos de crescimento econômico considerável (1965-80) esta relação é semelhante para os países de níveis diferenciados de renda, apesar das taxas consideravelmente superiores de investimentos dos países de renda baixa e média. Por outro lado, na década de 80, a continuação de altas taxas nas nações de renda baixa resultaram em uma razão incremental inferior quando comparada aos países avançados. Por sua vez, a queda considerável na evolução média anual dos investimentos nos países de renda média nesta década culminou em um resultado negativo e inferior à unidade para esta razão, o que significa que os investimentos não atingiram o ritmo condizente com o aumento populacional.

O Brasil, classificado entre os países de renda média neste cenário mundial, situava-se no período 1965-80 entre as nações de renda média alta, revelando um alto incremento anual do PIB e da FBCF, superior mesmo à média dos demais países deste nível de desenvolvimento. A relação incremental Formação de Capital/População mostrou-se até mesmo consideravelmente superior aos países de renda alta.

No entanto, a partir dos finais da década de 70 já se delineava no país a tendência para a restrição do ritmo de produção, como resultado dos reflexos da alta acelerada de preços externos e internos (como decorrência dos problemas internacionais advindos dos choques do petróleo em 1973 e 1979), da evolução da taxa externa de juros em 1980 para níveis inusitados, onerando ainda mais o pagamento da dívida externa do país, bem como da manutenção da queda da atividade econômica no âmbito internacional, associada à restrição do crédito externo. Para isso concorreram também a diminuição da demanda interna em consequência de políticas salariais sucessivas, que reduziram consideravelmente o poder de compra da população, e outras políticas governamentais de ajustes que passaram a ser postas em prática a partir de 1980.

O rápido processo, então implementado, de contenção da atividade econômica brasileira, que decorreu da elevação drástica da taxa de juros doméstica e da tentativa do controle do déficit do setor público visando conter a aceleração da inflação e diminuir o déficit das contas externas do país, resultou da desaceleração considerável dos investimentos públicos e privados (6). As taxas anuais de FBCF de 1980-88 apresentaram no Brasil um decréscimo superior ao dos demais países de renda média, embora a relação incremental Produto/Capital Fixo apresentasse queda menos acentuada. No entanto, quando comparado com o aumento populacional, a Formação de Capital revelou uma razão incremental mais desfavorável. Como conseqüência, já no final dos anos 80 o Brasil se situava na classificação mundial entre os países de renda média baixa.

A evolução no Estado de São Paulo

Formação de capital e geração de produto

A situação de pólo hegemônico de crescimento econômico, revelada pelo Estado de São Paulo no período de desenvolvimento industrial, após a Segunda Guerra Mundial, continuou a prevalecer na década de 70, quando se revelou mais intenso o ritmo anual de crescimento do produto. Como se observa a partir da Tabela 2, no último quinquênio desta década o crescimento anual do produto do Estado foi ligeiramente superior ao do país como um todo, revelando já o início de uma certa descentralização do crescimento (7).

No final dos anos 70, as taxas de crescimento dos investimentos em Capital Fixo foram consideravelmente superiores para o global do país em relação ao Estado, tendo em vista os investimentos públicos consideráveis em infra-estrutura pública no resto do país. Essas inversões, possibilitadas pela alta disponibilidade de créditos financeiros internacionais a juros baixos, foram representadas por obras como a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, da Ferrovia do Aço, da Usina Nuclear de Angra dos Reis, entre outras, e pela possibilidade de inversões privadas em indústrias no Norte e Nordeste, com fundos oriundos de incentivos

fiscais. Haja vista que, se no ano de 1975 a FBCF paulista correspondia a 1/4 da brasileira, em 1980 situava-se em 22%.

No entanto, a razão incremental Produto/Capital Fixo mostra um resultado consideravelmente superior no período para o Estado de São Paulo, o que indica o maior dinamismo e produtividade da economia desta região, ou seja, para um incremento menor nos investimentos a geração de produto observou um aumento superior. Essa dinâmica se fez sentir também na década seguinte, não obstante o grau de reversão da polarização que se iniciou desde então, mas que se consolidou no período como uma "desconcentração concentrada" (8).

Tabela 2
Evolução Real do PIB e da FBCF
Brasil e Estado de São Paulo
1975-1989

Indicadores	Em porcentagem	
	Brasil	São Paulo
PIB		
1975-80.....	7,2	7,7
1980-83.....	-2,4	-2,3
1980-89.....	2,2	2,2
FBCF		
1975-80.....	4,7	1,7
1980-83.....	-11,8	-4,9
1980-89.....	-1,4	1,8
PIB/FBCF		
1975-80.....	1,5	4,5
1980-83.....	0,2	0,5
1980-89.....	-1,6	1,2

FONTE: IBGE; Fundação SEADE; KON, A./NPP-FGV, 1991 (FBCF 1983-89).

No início dos anos 80, as políticas governamentais contencionistas, visando o combate ao déficit público e ao crescimento acelerado das taxas de inflação, tiveram repercussões consideráveis tanto no país como no Estado, resultando, como é notório, um período de queda do crescimento econômico (retração esta que se situou pouco acima de 2% para os dois espaços econômicos) nos três primeiros anos da década. No entanto a redução drástica de investimentos públicos nesse período teve impactos mais intensos fora do Estado, onde as taxas negativas de evolução da FBCF atingiram cifras próximas a 12%, embora em São Paulo

(6) Uma discussão adicional é encontrada em KON, Anita. *Mensuração e Avaliação das Atividades Terciárias da Economia Paulista*. São Paulo, IPE/USP, 1985, mimeo.

(7) Para maiores detalhes consulte-se: KON, Anita. "Economia paulista. PIB e FBC no período 1975-80. *Revista da Fundação SEADE*, jan./abr. 1985.

(8) Veja-se AZZONI, Carlos Roberto. Indústria e reversão da polarização no Brasil. *Série Ensaios Econômicos*. São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.

também tenham sido consideráveis, de quase 5%. Como resultado, a participação dos investimentos paulistas sobre o total brasileiro em 1983 aumentou, atingindo acima de 27%.

A razão incremental Produto/Capital Fixo apresentou-se positiva no período, significando a mesma direção negativa na evolução dos dois agregados em ambos os espaços, e situou-se próxima a zero, refletindo a estagnação econômica.

A partir de 1984, a economia brasileira retomou um novo ritmo de crescimento, com a elevação da utilização da capacidade de produção industrial que se encontrava com elevada taxa de ociosidade, o que redundou em um crescimento do produto gerado que atingiu maior intensidade no ano de 1986, perdendo gradualmente dinamismo nos anos posteriores até o final da década.

A reversão da conjuntura recessiva brasileira observou-se principalmente como consequência da recuperação das economias americana, japonesa e dos países da OCDE, com reflexos no aumento das exportações do país — facilitado pela maxidesvalorização do cruzeiro em fevereiro de 1983 —, resultou um superávit comercial acentuado. No entanto esta reativação foi de curto alcance, pois fatores como fortes desequilíbrios macroeconômicos fiscais e monetários traduziram-se numa forte ativação da inflação. Essa situação não apenas provocou queda nos salários reais com impactos negativos sobre os níveis de consumo, como também resultou em tentativas frustrantes de reversão dos desequilíbrios por parte do governo, que se manifestaram via sucessivos planos de estabilização.

A recuperação iniciada em 1984 não conseguiu reverter a exportação líquida de capitais que se verificava, nem aumentou consideravelmente o investimento privado brasileiro. Como salienta Bresser Pereira (9), os fatores que influenciam negativamente o investimento por produtores privados são representados particularmente por expectativas de baixas taxas de lucros em novos projetos e uma perspectiva econômica negativa para um futuro próximo. Apenas nos anos de 1985 e 1986 essas expectativas pareceram tornar-se favoráveis, resultando nestes dois anos em crescimento considerável nos investimentos, tanto no Brasil como um todo (atingindo a FBCF acima de 22% no ano), quanto em São Paulo

(9) Veja-se:

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Investment decision and the interest rate in normal and exceptional times. PAE/FGV/SP, *Texto para Discussão* N.º 5, 1991.

(10) Para maiores detalhes consulte-se:

KON, Anita. A modernização tecnológica brasileira e o ajustamento dos recursos humanos. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, FGV, 31(4), Out/Dez 1991.

(18%). No entanto, para a década, a taxa anual de FBCF teve uma queda negativa de 1,4% para o global do país, enquanto no Estado ainda se manteve em 1,8%. No ano de 1990, com a ameaça da hiperinflação e com as políticas de confisco instituídas no Plano Collor 1, a FBCF observou uma queda de 8% no país e acima de 9% em São Paulo.

Portanto, se no ano de 1980 a participação da FBCF sobre o PIB para o país como um todo situou-se em torno de 22% (cifra aproximada às observadas em países avançados), no final da década situava-se em cerca de 16%. O Estado de São Paulo, por sua vez, apresentava, no segundo quinquênio dos anos 70, uma participação da Formação Bruta de Capital (FBC) sobre o PIB que se manteve acima de 22%, atingindo 29,7% em 1980. No entanto a FBCF representava nesse ano cerca de 13% do produto gerado pela região, pois participava com aproximadamente 44% da FBC, que inclui também a variação de estoques da economia. Esses estoques observaram um crescimento relativamente maior no ano, em virtude da aceleração inflacionária e da pré-fixação cambial instituída, que favoreceu a estocagem de matérias-primas importadas e o aumento da produção em maior escala que a demanda.

Não são disponíveis informações para o Estado de São Paulo relacionadas à variação de estoques para toda a década de 80, no entanto a FBCF mostrou uma queda em sua participação no PIB gerado, situando-se em média em torno de 11%. Por outro lado, com relação aos investimentos em ativos fixos, do total do país, a participação da região aumentou para 29% no último ano da década.

Investimentos e produtividade

Se o grau de investimentos em bens de capital dá uma medida do nível de modernização de uma economia, por outro lado esse nível está associado à adequação desse grau ao tamanho da população, como vimos, e ao montante da população ocupada que reflete a capacidade de absorção da população economicamente ativa no mercado de trabalho (ainda que em condições de trabalho ditas mais tradicionais ou menos capital/intensivas). A introdução da inovação tecnológica tem repercussões no nível de emprego da economia que podem ser contraditórias, dependendo do nível de qualificação da sociedade, da estrutura produtiva vigente e das tecnologias escolhidas, que podem ser voltadas para o crescimento acelerado da produtividade global, ou para maior absorção de mão-de-obra (10).

Permanecem dúvidas quanto ao saldo líquido entre o desemprego tecnológico e o emprego compensatório resultante de transformações na estrutura ocupacional advindo da modernização; este saldo líquido pode ser negativo ou positivo, dependendo da taxa de crescimento desta inovação e do direcionamento setorial destes investimentos (11).

De uma forma global, a observação do comportamento da FBCF per capita para países de vários níveis de desenvolvimento (12) revela que em espaços onde a relação é superior, as transformações estruturais que levam à modernização econômica são mais rápidas e intensas. Os países que mostraram rápida mudança estrutural nos anos 70, apresentavam uma relação média de 26,8 dólares, e entre estes situava-se o Brasil com 29,8 dólares; o Estado de São Paulo apresentava uma relação cerca de 31% superior (39,1 dólares).

No decorrer da segunda metade da década de 80, os investimentos per capita continuaram a mostrar um incremento anual no país como um todo, como vimos, porém já mostravam desaceleração na região paulista, como é possível visualizar-se na Tabela 3. O exame da relação FBCF/Trabalhador para o Estado de São Paulo revela que em 1975 esta região apresentava um indicador cerca de 14% superior ao da média nacional; no entanto, no segundo quinquênio da década de 70, os investimentos, consideravelmente superiores nas demais regiões do país, como vimos resultaram em uma taxa de crescimento da relação per capita de 2,3% e da relação por trabalhador em torno de 1% para o global, enquanto que o Estado paulista já mostrava um desaquecimento tanto per capita quanto por trabalhador, como reflexo dos problemas internacionais anteriormente mencionados. Como resultado, no ano de 1980 os investimentos em ativos fixos sobre a população ocupada no Estado situaram-se cerca de 4,5% abaixo da média nacional, apesar de as inversões *per capita* ainda se mostrarem 6,5% superiores na região paulista.

No período de estagnação da atividade econômica do início da década, em que por um lado esgotaram-se as fontes de financiamento externo para investimentos e por outro lado o país sofreu os impactos das políticas governamentais recessivas, a queda da FBCF em relação à população e ao número de trabalhadores, apesar de acentuada em São Paulo atingindo em torno de 8% de

Tabela 3

Taxa de Crescimento Anual da Formação Bruta de Capital Fixo Per Capita e do PIB por Trabalhador 1975-1989

Em porcentagem

Indicadores	Brasil	São Paulo
FBCF		
1975-80.....	2,3	-1,9
1980-83.....	-13,8	-8,1
1980-89.....	-3,4	-0,3
FBCF/População Ocupada		
1975-80.....	1,1	-2,3
1980-83.....	-14,1	-7,8
1980-89.....	-4,6	-2,0
PIB/População Ocupada		
1975-80.....	3,5	3,4
1980-83.....	-0,3	-5,4
1980-89.....	-2,7	0,3

FONTE: IBGE; Fundação SEADE; KON, A./NPP-FGV, 1991

1980-83, foi menor que para o país como um todo, tendo em vista a diminuição drástica mencionada dos investimentos públicos em grandes obras de infraestrutura. Nesse período a FBCF/PO e a relação per capita na região paulista mostravam-se respectivamente em mais de 18% e de 28%, acima da observada para o Brasil.

A ligeira retomada do crescimento econômico após 1984, se não foi suficiente para resultar em taxas positivas de crescimento das inversões em bens de capital por trabalhador, revelou uma menor queda em relação ao período crítico anteriormente mencionado. Uma vez mais, a situação paulista mostrou-se privilegiada em relação ao país, pois se na região a FBCF per capita em 1990 situava-se em um nível 27% inferior ao dos anos de maior desenvolvimento da década de 70, no país como um todo este indicador apresentou-se cerca de 33% abaixo. De uma forma global observou-se na década de 80 um retrocesso nas possibilidades de mudanças estruturais que conduzem à modernização econômica que estava ocorrendo na década anterior, com nítidas repercussões sobre a produtividade global da economia paulista.

Considerando-se o produto gerado (PIB) por trabalhador como uma *proxy* da produtividade global, verifica-se na década de 80 um indicador próximo a zero em São Paulo, mostrando uma estagnação e mesmo um retrocesso em relação às necessidades da população

(11) Para maiores detalhes consulte-se:
KON, Anita. **Padrões e Condicionantes...** op. cit. cap.3.

(12) Veja-se:
BRADFORD Jr., Colin I., loc. cit.

que cresceu a uma taxa média pouco abaixo de 2%. A situação do Brasil foi ainda mais desprivilegiada com uma queda anual de 2,7%. No entanto o maior dinamismo da região paulista é verificado, pois quando analisamos o comportamento da produtividade observa-se que apesar de no período crítico de 1980-83 este espaço ter continuado a receber uma imigração considerável, apresentando um incremento populacional superior ao do país e uma maior queda na produtividade média, a recuperação posterior a 1984, embora instável, aí concentrou-se com maior intensidade, resultando em 1989 uma produtividade situada no mesmo nível de 1980, embora notavelmente inferior à década de 70.

A composição da FBCF

A representatividade das modalidades de investimentos em Capital Fixo do Estado de São Paulo é observada a partir da Tabela 4, onde é salientada a relevância das obras de construção civil que no período de 1975-83 participavam com cerca de 63% sobre o total das inversões, embora já no período 1980-83 mostrassem considerável retrocesso na sua evolução. Embora tenha havido ligeira retomada de investimentos privados em edificações nos anos 1985 e 1986, o resultado da evolução anual da década de 80 foi negativo, e como conseqüência a representatividade destes no período caiu, embora continuasse relevante.

As inversões em máquinas e equipamentos também ocupam papel de crescente importância na composição da FBCF paulista, pois se nos últimos anos da década de 70 constituíam em média quase um terço dos investimentos, na década seguinte aumentaram a representatividade para 40%, observando-se neste período uma taxa média de crescimento anual no valor destes investimentos de 6%.

Os equipamentos de transportes relacionados às atividades produtivas apresentam uma baixa e decrescente participação no global da FBCF, pois partindo de uma representatividade pouco inferior a 5% de 1975-80, nos anos 80 estiveram em média pouco acima de 2%. No período de crise do início da década ocorreu uma queda na taxa anual desses investimentos de aproximadamente 14%.

A formação de plantéis e de plantações permanentes no Estado de São Paulo é relativamente muito pouco significativa e também mostrou-se consideravelmente decrescente em termos reais nos anos 80.

Tabela 4
Composição Média da FBCF
Estado de São Paulo
1975-1989

Modalidades	Em porcentagem		
	1975-80	1980-83	1980-89
Edificações.....	62,7	63,2	57,0
Máquinas e Equipamentos.....	32,2	33,6	40,4
Equipamentos de Transporte..	4,6	2,8	2,3
Plantéis e Plantações Permanentes.....	0,5	0,4	0,3

FORTE: Fundação SEADE, KON, A. (1985-89).

Considerações finais

A análise da FBCF do Estado de São Paulo nos anos 80 revelou a continuação do papel dinâmico deste espaço econômico como centro polarizador e propulsor de desenvolvimento da economia brasileira, não obstante a situação de estagnação no nível de inversões produtivas. Embora, nos anos que antecederam 1980, os investimentos brasileiros em Capital Fixo tenham se dirigido mais intensamente para outras regiões do país, os indicadores revelam no Estado uma condição mais favorável per capita e em relação à produtividade da economia.

As perdas consideráveis de produtividade verificadas nos anos 80, que decorreram da diminuição acentuada das taxas reais de evolução dessas inversões, levaram a economia paulista a um retrocesso em relação ao período anterior de mudanças estruturais que conduziam à modernização econômica, embora a situação do país como um todo seja ainda mais desfavorável. Um exercício de previsão com os dados disponíveis para 1990 leva à verificação de que para que a FBCF per capita em São Paulo atingisse novamente o patamar alcançado no ano de 1975, seria necessário um crescimento real deste indicador em torno de 27%, o que significaria uma taxa anual de 4,9% durante cinco anos. No que se refere à produtividade, o incremento real se situaria em 52% ou 8,7% ao ano em cinco anos. Para o país como um todo os aumentos seriam respectivamente de 33% (5,8% a.a.) e 62% (10,1% a.a.).

O processo de retomada de investimentos é ainda bloqueado pelo alto grau de endividamento externo, com

a conseqüente carência tanto de fontes de financiamento externas quanto de perspectivas favoráveis de lucratividade, para a retomada de inversões condizentes com as necessidades de introdução do progresso tecnológico de forma competitiva em nível mundial.

Na atualidade, o Brasil tem vivido um momento em que se discutem as idéias de reformas estruturais dirigidas à modernização econômica, focalizando a atenção sobre um novo padrão de investimentos públicos e privados em Capital Fixo, que vise conduzir à reestruturação da competitividade interna e internacional das empresas, através da inovação tecnológica, paralelamente à retomada dos investimento produtivos.

Quando se discutem no país caminhos para a retomada desses investimentos, é imprescindível observar-se a conduta de políticas governamentais dos países que lograram a continuação de transformações estruturais relevantes conducentes à modernização. Países do Leste Asiático juntamente com os latino-americanos representados pelo México, Brasil e Argentina e ainda a Índia, que compreendiam os designados internacionalmente por NICs (*New Industrialising Countries* ou Países de Industrialização Recente), situavam-se no mesmo nível de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial. No entanto, enquanto os asiáticos continuaram seu caminho no sentido de incremento das inversões e modernização econômica, os demais pertencentes a esse grupo, e com considerável intensidade o Brasil, foram bloqueados neste processo por problemas de estabilização interna.

Os padrões de desenvolvimento dos países que nos anos 80 continuaram a registrar elevadas taxas de crescimento do produto gerado mostram uma ênfase para produtos manufaturados de exportação, cujo crescimento foi acelerado por políticas públicas direcionadas para a queda dos preços internos de bens de capital voltados para estas indústrias. Essas políticas tanto foram representadas por políticas monetárias internas, que reduziram as taxas de juros e conduziram à alocação de créditos para investidores industriais, quanto apresentaram-se na forma de subsídios diretos que afetaram o preço dos bens de investimentos produzidos domesticamente. Essas políticas fiscais e monetárias tiveram o efeito de estimular a demanda e a

oferta de bens de capital que promovem a acumulação de capital, a industrialização e a mudança estrutural que resultou a modernização econômica.

Condutas semelhantes para o Brasil, visando a retomada dos investimentos na atual conjuntura, no entanto, ameaçam as políticas de estabilização, e portanto estão sujeitas a uma espera — a médio prazo — até que os resultados destas medidas governamentais de combate à inflação acelerada mostrem-se efetivos. Neste início dos anos 90 ainda não foram superados os pontos de estrangulamento aos investimentos, observados ao longo dos anos 80, quando o país apresentou um quadro de instabilidade macroeconômica que resultou a estagnação do nível de atividade econômica e a ampliação do processo inflacionário, trazendo como conseqüências, por um lado, expectativas negativas quanto às possibilidades de novos investimentos em capital físico por parte de empresas privadas, e, por outro lado, a necessidade de retração destas inversões por parte do setor estatal.

Um caminho alternativo para a modernização reside no resgate dos investimentos estrangeiros em atividades produtivas do país (não apenas em investimentos especulativos na Bolsa de Valores, como se verificou no final de 1991 e início de 1992) e no barateamento do custo de importação de bens de capital pela diminuição das alíquotas dos impostos sobre importações (já timidamente iniciado neste início dos anos 90).

De qualquer maneira, toda política de modernização tecnológica tenderá a ser implantada inicialmente no centro dinâmico da economia brasileira representado pelo Estado de São Paulo, em face das maiores e mais rápidas taxas de retorno ao capital investido, difundindo-se posteriormente para as demais regiões nacionais. O exame da realidade paulista revelou que, apesar da desconcentração de investimentos em Capital Fixo ocorrida na década de 70, este espaço ainda constitui o centro dinâmico da economia brasileira (13), por apresentar economias de aglomeração e uma força de trabalho já qualificada para ajustar-se mais rapidamente à inovação tecnológica, o que se reflete no nível superior de produtividade. ■

(13) Veja-se:
KON, A. *Economia Paulista...* loc. cit.